



Anais da Assembléia

N.º 83

CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 13 DE AGOSTO DE 1987

ANO XIII

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 69.^a SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1.987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Anibal Khury e José Alves.

Às dez horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausentes os Srs. Deputados Nestor Baptista e Paulino José Delazeri (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior)
Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.^o SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja inserido nos Anais desta sessão, voto de profundo

pesar pelo falecimento do Professor OSCAR SANCHES MONTEIRO, ocorrido nesta Capital, no último dia 04.

O Professor Monteiro, nascido em Portugal e naturalizado brasileiro, ingressou na Universidade Federal do Paraná em 1968, como professor auxiliar na cadeira de Contabilidade Nacional. Depois ocupou a coordenação do Curso de Economia, tendo pós-graduação nessa área e um largo conhecimento em Economia aplicada ao Desenvolvimento.

Além de ter servido como técnico do BADEP, Oscar Sanches Monteiro realizou pesquisas sobre o Mercado de Capitais e ministrou cursos, inclusive de pós-graduação, em Economia, em diversos Estados.

Deixa viúva a Sra. Maria Cecília Monteiro, também professora, e três filhos: Isabel Cristina, Cecília e Oscar Sérgio, além de vários netos. Seu passamento enlutou a comunidade econômica paranaense, onde o Professor Monteiro era respeitado e estimado.

Requer, ainda, que deste registro seja dada ciência à família enlutada, à rua Washington Luiz, 190, Jardim Social, Curitiba.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) ANIBAL KHURY.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUER seja mudada para o dia 10 de novembro deste ano, a Sessão Solene de entrega do Título de Cidadania Honorária do Paraná a Sua Excelência Reverendíssima, Arcebispo D. Geraldo Majela Agnelo, anteriormente marcada para 27 de outubro de 1987.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a consagração de votos de congratulações pela passagem do Dia Nacional do Economista, comemorado nesta data.

Requer ainda, que do presente se dê ciência ao Sr. Nelsi José Pedrozo Mainardes, DD. Presidente do Sindicato dos Economistas do Paraná - Rua Nicolau Maeder, 89, CEP 80.030 - Curitiba - Paraná.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) ORLANDO PESSUTI.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado infra-assinado, com base no art. 134, § 1.º, inciso IV do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o egrégio Plenário, que conste da Ata dos trabalhos de hoje, voto de congratulações ao Sr. Ercílio Slaviero, de Curitiba - PR.

O ilustre homenageado, natural de Piraquara - Paraná, tem sob sua responsabilidade, como Diretor-Presidente, um dos maiores conglomerados empresariais do Estado do Paraná, o Grupo Slaviero.

Tendo iniciado sua carreira como auxiliar de escriptorio e guarda-livros numa empresa de seu pai, Ercílio Slaviero, desde 1945, quando então fundou a Slaviero S/A em Irati, vem galgando os degraus do sucesso no ramo empresarial, fato este que já lhe granjeou várias homenagens, das quais podemos destacar: considerado em 1974, como "Personalidade do Ano" pela Revista Rumo Paranaense; recebeu o troféu "Munhoz da Rocha Neto" como personalidade do ano de 1977; em 1983 do "Destaque do Ano Econômico" e em 1986 ganhou o "Troféu Ouro Empresarial" pela Revista Empresas e Empresários.

Indispensável também se faz destacar que o grupo liderado por Ercílio Slaviero, atualmente é formado por várias empresas, que a seguir relacionamos: Sociedade Paranaense de Comércio e Importação Ltda, fundada em 1954; Cia. de Automóveis Slaviero, 1958; Moto Agrícola Slaviero, 1961; Slaviero Comercial S/A, 1964; de 1968 a 1976 foram fundadas as Cia. de Cimento Itambé, Itacema Part. e Comércio de Materiais de Construção Ltda., Slaviero S/A Importação e Comércio, Itaquí Reflorestamento Ltda., Slaviero Florestal e Sirama Participação e Administração, esta última a administradora de todo conglomerado.

A Cia. de Cimento Itambé, recentemente inaugurou sua nova sede administrativa, instalada num moderno prédio localizado no Km. 0 da BR-277. A meta dessa companhia é de, até o final do ano, alcançar a produção diária de 2 mil toneladas de cimento.

Pelo exposto, sentimo-nos honrados em prestar nossas sinceras e justas homenagens a este cidadão paranaense, que tão dignamente vem engrandecendo o setor empresarial de nosso Estado, contribuindo valorosamente com seu desenvolvimento econômico-financeiro.

Também aos funcionários do conglomerado Slaviero, estendemos nossas congratulações, pois pertencendo ao referido grupo, se encontram sob o comando de um grande homem, que se fará sempre presente nas páginas da história de nosso querido Paraná: Ercílio Slaviero.

Requeiro que cópia desse expediente seja remetida ao interessado.

Sala das Sessões em 13.08.87.

(a) EDMAR LUIZ COSTA.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, solicitando a criação da Segunda Vara Criminal da Comarca de Francisco Beltrão.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

Por suas peculiaridades geográficas e econômicas, o Município de Francisco Beltrão conquistou posição de pólo social, econômico e cultural do Sudoeste novo. Com naturalidade, passou a centralizar o comércio e a indústria de porte da região, oferecendo a gama de serviços exigidos pelo progresso crescente daquela nobre área do Estado.

Seria natural, pois, que ao Poder Judiciário houvesse, o presente apelo, proporcional - considerado o crescimento da Comarca.

Esse aspecto pode ser constatado na última correição, levada a efeito em meados de junho, que mostrou um acúmulo de 1.151 processos e 78 Cartas Precatórias. Naquela oportunidade, Juizes, Promotores e advogados lá militantes, fizeram a reivindicação da criação da 2.ª Vara Criminal na Comarca, necessidade constatada por Sua Excelência o Desembargador-Corregedor.

Às vozes que reivindicaram, juntamos a nossa, materializada pelo apoio desta augusta Casa de Leis, aprovando o presente requerimento, pelo qual rogamos ao Sr. Desembargador Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, sua favorável interveniência, ajudando a prosperar o pedido.

Aos argumentos que chancelam este requerimento, some-se a eventual possibilidade da passagem do Município de Salgado Filho para a Comarca de Francisco Beltrão, aumentando ainda mais o já volumoso serviço ali existente. Essa, também, é uma velha e simpática reivindicação do povo de Salgado Filho. A afinidade entre as populações dos dois municípios, pequena distância entre eles (apenas 36 km asfaltados) e a facilidade das comunicações é a justificativa que sedimenta a justa aspiração, a qual, certamente, será atendida na nova Organização Judiciária paranaense, cuja elaboração já está em andamento.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições re-

gimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando estudos no sentido de autorizar a transformação da 2.^a Cia. PM de Cornélio Procópio em Companhia Independente, conforme estudo da situação em anexo.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando estudos no sentido de autorizar a criação de Companhia PM para policiamento em estabelecimentos de ensino, conforme estudo da situação em anexo.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado Estadual que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Excelentíssimo Sr. Governador Álvaro Dias, solicitando estudos no sentido de autorizar a criação do 2.º Batalhão de Polícia Rodoviária - BPRV, na cidade de Maringá ou Londrina/PR, conforme estudo da situação em anexo.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) RAUL LOPES.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, reiterando pedido para a construção do Hospital Regional de Maringá, no campus da Universidade Estadual.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Dr. Antônio Lopes de Noronha, Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando recursos para reforma da Delegacia de Polícia do Município de Floresta.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Osmar Dias, Secretário de Estado da Agricultura, solicitando um técnico agrícola para prestar serviços no Município de Uniflor.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o Plenário, seja oficiado ao Excelentíssimo Sr. Álvaro Dias, Governador do Estado do Paraná, solicitando apoio para a criação da Comarca de Sarandi.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) FERRARI JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, encaminhamento de ofício aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando autorizem reestudo nos encargos às dívidas de agricultores contraídas por empréstimos do PRONAGRI, permitindo-lhes, igualmente, os benefícios autorizados pelo Governo da República.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) JOÃO ARRUDA.

JUSTIFICATIVA:

A euforia do chamado Plano Cruzado I - permitindo uma visão favorável de economia estável no País, induziu as classes produtoras brasileiras a confiar na estabilidade e na segurança dos investimentos. À nova regra não fugiram os homens simples do meio rural, os quais vislumbraram a possibilidade de investimentos que permitissem melhorar sua produtividade e aumentar sua remuneração.

A realidade, porém, mostrou-se madraستا. Uma vez realizadas as operações de crédito, mudaram as regras do jogo da economia, levando a maioria dos mutuários à ameaça da insolvência, esbarrando com o perigo de se desfazerem de seus bens, mesmo os de raiz, para saldarem suas dívidas. O crescimento destas, em alguns casos, foi tamanho que, mesmo os bens disponíveis não chegam para satisfazer os débitos.

Os empréstimos do PRONAGRI não fugiram a essa regra. Pequenos agricultores que dele buscaram o benefício, enfrentam nestes dias a força coercitiva dos encargos.

Um exemplo real, do qual anexamos có-

pia do contrato, mostra a situação do mutuário. Contratando o empréstimo em novembro de 1985, no valor de Cz\$ 250.048.000,00 em apenas vinte meses, teve o seu saldo devedor aviltado para Cz\$ 1.463.430,56, posição fornecida pelo agente financeiro em 31.07.87.

Solicite-se pois, aos Srs. Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Brasil, que autorizem um reestudo desses débitos, beneficiando-os com as recentes medidas autorizadas pelo Governo Federal, beneficiando os mutuários que, por suas naturais limitações, não poderiam avaliar a espécie de compromisso que estavam assumindo.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para o Clube de Mães Nossa Senhora das Graças, do Jardim Aeroporto, em Campo Mourão.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

O Clube de Mães Nossa Senhora das Graças, de Campo Mourão, é uma entidade assistencial, sem fins lucrativos que presta relevantes serviços ao povo de Campo Mourão. Entretanto, necessita de auxílio financeiro para continuar prestando serviços à comunidade local.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, seja enviado expediente ao Excelentíssimo Sr. Rubens Bueno, DD. Secretário de Estado do Trabalho e Ação Social, solicitando auxílio financeiro para a Associação de Proteção à Maternidade e Infância - APMI de Goioerê.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA.

JUSTIFICATIVA:

A APMI de Goioerê é uma entidade exemplar em termos de atendimento à comunidade. A dedicação, trabalho e competência de seus dirigentes e funcionários fazem daquela entidade um setor de capital importância no atendimento e na proteção da maternidade e infância. Entretanto, por motivos de ordem financeira, causados pela defasagem orçamentária do "Plano Cruzado", a APMI necessita de auxílio financeiro.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação do acesso à Destilaria de Aguardente Paçandu Ltda., no Município de Paçandu.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Heinz Georg Herwig, solicitando a pavimentação do trecho Paçandu - Ourizona.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) DIRCEU MANFRINATO.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Floresta no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes aos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal do Município supra-citado, para ciência.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Sr. Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Floraí, no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

Requer, ainda, sejam enviados expedientes aos Srs. Prefeito Municipal e Presidente da Câmara Municipal do Município supra-citado, para ciência.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhado expediente ao Presidente da Câmara Municipal de Marialva, Senhor João Garcia Espíndola, registrando nossos agradecimentos pela manifestação recebida através de ofício n. 144/87 de 10 de julho de 1987.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

Anexo cópia do referido ofício.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Engenheiro Beltrão no projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no município.

REQUER, ainda, sejam enviados expedientes ao Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do Município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo, que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Munhoz de Mello no Projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

REQUER, ainda, sejam enviados expedientes ao Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do Município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja enviado expediente ao Presidente da COHAPAR, Senhor Odeni Villaca Mongruel, solicitando ao mesmo, que sejam realizados estudos de viabilidade da inclusão de Atalaia no Projeto Mutirão Habitacional, para suprir o déficit de moradias no Município.

REQUER, ainda, sejam enviados expedientes ao Senhor Prefeito Municipal e ao Presidente da Câmara Municipal do Município supracitado, para ciência.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

É do conhecimento público que a Política Salarial adotada pelo Governo Federal, após a edição do Plano Cruzado I, provocou o maior arrocho salarial aos trabalhadores brasileiros. Em que pese o ganho real de salário na ordem de 4,9% (segundo o DIESSE) durante o ano de 1986, a perda salarial média dos trabalhadores brasileiros chegou a 44,64%, em 1º de agosto de 1987.

Os servidores públicos federais, estaduais e municipais não estão imunes a este infortúnio.

No caso dos servidores paranaenses a situação é ainda mais grave, uma vez que os dois últimos gatilhos estão sendo pagos com 60 dias de atraso.

Diante do exposto, este deputado REQUER, após a manifestação do Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Álvaro Dias, Governador do Estado e aos Secretários Estaduais, solicitando o pagamento, ainda no mês de agosto, das seguintes vantagens salariais:

1) Reposição das perdas salariais desde o Plano Cruzado I até 1º de agosto de 1987.

2) Abono salarial do Governo Federal aos servidores que ganham até cinco salários-mínimos;

3) Abono salarial de 18,96% sobre o valor dos gatilhos correspondente à correção monetária pelo atraso no pagamento dos mesmos a todos os servidores públicos estaduais.

De acordo com os cálculos do DIESSE - Departamento Intersindical de Estudos Sócio Econômicos.

Tabelas em anexo.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) PEDRO TONELLI

JUSTIFICATIVA:

A Política Salarial sistematicamente adotada pelos últimos governos da República, priorizou o capital em detrimento do trabalho. O arrocho salarial é prática habitual. Entretanto, foi a Nova República a autora do maior arrocho já vivido pela classe trabalhadora brasileira. A perda salarial média atingiu a assustadora cifra de 44,64%. Para recompor o poder de compra dos salários em março de 1986 é necessário um reajuste médio de 80,64%.

Os servidores públicos estaduais, como parte da classe trabalhadora brasileira, estão sendo penalizados por aquela Política Salarial e pelo atraso no pagamento dos gatilhos salariais.

As tabelas de cálculos do DIESSE, em anexo, demonstram claramente que o governo escolheu os trabalhadores para pagar a conta dos banquetes palacianos, a má administração e a malversação dos recursos

públicos e, sobretudo a subserviência do governo aos grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, aos banqueiros e ao FMI.

Como parte integrante e representante da Nova República, o governo e o PMDB paranaense são herdeiros da promessa de que os pobres assalariados não seriam penalizados e de que a dívida externa não seria paga com a fome e a miséria do povo brasileiro.

É nesse sentido que apelo à sensibilidade e à consciência do governo e dos parlamentares paranaenses para, a exemplo da iniciativa privada, atender a esta reivindicação que virá, sem dúvida, minorar o sofrimento, a aflição e em alguns casos o desespero que campeia nos lares dos servidores paranaenses.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e após ouvido o Plenário, REQUER o envio de expediente à Diretoria do Banco do Estado do Paraná S/A., solicitando estudos para a instalação de duas novas agências no Município de Sarandi, sendo uma na Av. Londrina (centro) e outra na Av. Rio de Janeiro - Jardim Independência.

Tal solicitação justifica-se plenamente pelo fato que este Município conta atualmente com uma população estimada em aproximadamente 50 mil habitantes, e com um grande número de empresas, que necessitam diariamente de serviços bancários, estando localizadas principalmente nas proximidades destes locais, que garantem significativa arrecadação de imposto e tributos ao erário público.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor doutor Delcino Tavares da Silva - Secretário de Saúde e Bem-Estar Social, solicitando a viabilidade de construção do Hospital Regional de Maringá.

Tal solicitação justifica-se plenamente, tendo em vista que Maringá sedia a Microrregião nove e polariza uma vasta região constituída por vinte e oito municípios, o que a destaca como um dos maiores centros populacionais do país, e por falta de uma estrutura adequada e compatível com a realidade vivenciada no Município, o atendimento médico hospitalar tem se demonstrado inoperante em atender a contento a população Regional.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) JOSÉ ALVES

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, REQUEREM o encaminhamento de expediente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, no sentido de que determine as necessárias providências à Secretaria de Estado do Planejamento para assinatura de convênios do PRAM com as Prefeituras Municipais de São Jorge do Patrocínio e Marilândia do Sul.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(aa) EZEQUIAS LOSSO e

BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Os Municípios paranaenses, em sua maioria, enfrentam sérias dificuldades. O que arrecadam mal basta para as despesas indispensáveis do dia-a-dia. Muitas obras precisam ser realizadas, mas há absoluta carência de recursos.

Daí a importância do socorro que a eles vem sendo proporcionado pelo Governo Estadual, através do PRAM. Só através desse Programa muitas pequenas obras, mas de importância capital, podem ser executadas.

No caso em tela, os Municípios de São Jorge do Patrocínio e Marilândia do Sul ainda não conseguiram assinar os convênios de que tanto necessitam. E estão a aguardar as necessárias determinações do Senhor Governador, a fim de que também eles sejam imediatamente beneficiados.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N. 163/87
A Assembléia Legislativa
do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS - APAE", com sede e foro no Município de Jesuítas.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) SABINO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE, foi fundada com o intuito de colaboração com os poderes públicos e demais associações, no sentido da solidariedade social, com a finalidade de proteger os direitos dos excepcionais de Jesuítas, representando seus interesses perante as autoridades administrativas e judiciárias.

Entre os diversos deveres da Associação, citamos alguns, como a realização de campanhas para levantamento de recursos

para os excepcionais e a promoção de cursos e seminários na área de deficientes.

PROJETO DE LEI N. 164/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Ficam equiparados os vencimentos dos oficiais e praças inativos e pensionistas da Polícia Militar, aos vencimentos dos oficiais e praças do serviço ativo, passando a ser as correções, aumentos, e gratificações, incorporadas igual e proporcionalmente aos equiparados.

§ 1º - Ficam respeitadas as proporcionalidades de tempo de serviço para efeitos de cálculos.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) RAUL LOPES

JUSTIFICATIVA:

Desde há muito tempo, tanto os proventos dos Policiais Militares inativos quanto as pensões, estão defasados em relação aos vencimentos do pessoal ativo, em consequência disso, vemos hoje, pensões e vencimentos irrisórios nos contra-cheques, causando diferenças alarmantes entre os pares, a ponto de constatar-se hoje a existência de inativos e pensionistas da Polícia Militar residindo em diversas favelas da Capital.

Tal discrepância chega a situação de encontrarmos inativos e pensionistas sem condições mínimas de sobrevivência, quanto mas de subsistência de seus familiares.

O Governo Federal, sentindo o mesmo problema social, equiparou os aposentados e pensionistas com salário mínimo vigente.

Não se pode admitir que as pessoas que dão parte de suas vidas para o serviço público ao serem aposentados, passem a viver em condições subumanas, vendo seus iguais em melhores situações.

Por outro lado, é descabida a situação em que ficam as famílias dos Policiais Militares quando do falecimento do pai, recebendo pensões especiais "que sequer pagam a aquisição de gêneros de primeira necessidade."

Em ambas as situações, dado o baixo valor recebido, é impossível a aquisição até de medicamentos quando o inativo ou um de seus familiares, são acometidos de algum mal.

Justifica-se tal projeto de lei, pelo valor social, moral e humano, que corrigirá.

PROJETO DE LEI N. 165/87
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DE MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE MARINGÁ E REGIÃO.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.08.87.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

JUSTIFICATIVA:

A associação que pretendemos declarar de utilidade pública, com sede e foro na comarca de Maringá, tem sua ata de fundação e estatutos devidamente registrados em cartório competente, e também devidamente reconhecidos pela Prefeitura Municipal de Maringá.

Assim sendo, levamos à consideração dos ilustres Pares a medida aqui proposta, esperando que se dê apoio e posterior aprovação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está finda a leitura do Expediente.

No Horário das Lideranças, consulto o PT se fará uso da palavra.

Concedo a palavra ao Senhor Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores e Senhoras colegas Parlamentares. A minha saudação especial a todos os nobres Pares e a nossa saudação ao comando de greve do dia 20, composto pela Central Única dos Trabalhadores e pela Central Geral dos Trabalhadores, que se fazem representar no dia de hoje nesta Casa, e com muita honra, os recebemos e também temos que registrar que esta Casa, no dia de ontem, afirmou publicamente a sua postura de apoio à greve geral programada pelos trabalhadores organizados para o próximo dia 20. Gostaríamos de saudar também um Vereador do Município de Nossa Senhora das Graças que se faz presente, prestigiando esta sessão de hoje.

Senhor Presidente, Senhores e colegas Parlamentares.

Nesta data estou propondo, após ouvido e aprovado por este plenário, o encaminhamento de um requerimento ao Senhor Governador do Estado, Álvaro Dias, para que se estude a possibilidade de atender os interesses de grande parte dos trabalhadores paranaenses, servidores públicos que, a partir da decretação do Plano Cruzado, do 1º Plano, sofreram um arrocho salarial e um defasagem nos seus ganhos reais, nos seus salários, de 44,5%.

Então, estamos propondo através de requerimento que o Senhor Governador do Estado estude a possibilidade pronunciando-se pagando ainda neste mês de agosto, a todos os funcionários públicos, e especialmente aos que recebem até cinco salários-mínimos, bem como a defasagem do ar-

rocho imposto pela política salarial dos últimos pacotes, o pacote 1º e o pacote 2º, decretados pelo Governo Federal.

Além disso, estamos chamando a atenção para que cada vez mais o Governo, e também o Estado do Paraná, se pronuncie, colocando à disposição dos homens que prestam o serviço público deste Estado, os recursos públicos que são arrecadados, cujos valores foram divulgados nesta semana, pois a arrecadação do Banco do Estado do Paraná teve um grande sucesso. Então, estamos propondo que, com a estrutura pública deste Estado está tendo lucros, vamos dar uma destinação social a esses lucros, repassando-os para os servidores públicos. E diga-se de passagem, pelo último Decreto do Ministro Bresser Pereira, o Estado e o Município não estão obrigados a pagar o próprio abono salarial com o que não concordamos. Esta é a forma creio eu, pela qual nós temos que retribuir aos servidores públicos pelo trabalho que prestam.

Gostaríamos também, nesta data, de lembrar a todos os companheiros desta Casa que é preciso que fique marcada, cada vez mais, a postura dos nobres colegas contra as maiores injustiças que acontecem nesta Nação. É preciso lutar contra o arrocho salarial; e também pela suspensão do pagamento da dívida externa que, obrigatoriamente impõe restrições contra a classe trabalhadora brasileira. É preciso lutar cada vez mais por uma constituinte o quanto mais democrática possível e temos que superar...

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Em seguida, é preciso lutar para que as formas impositivas do dinheiro, da dominação ideológica e até das armas, passem a influenciar o quanto menos na elaboração da nova Carta, que contemplará, certamente, a vontade da maioria da população brasileira.

É preciso lutar por eleições diretas, que é a condição mínima para avançar no processo democrático. É preciso lutar por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores e não sob o controle dos fazendeiros. E é preciso lutar pela liberdade e pela autonomia das organizações e especialmente da organização sindical.

Nós queremos ver um comprometimento sério no dia-a-dia de todos nós e também do Executivo Estadual e almejamos que ele exista para realmente superar as dificuldades que atingem a todos nós.

Concedo o aparte ao deputado Valderi Mendes Vilela.

O Sr. Valderi Mendes Vilela - Nobre Deputado Pedro Tonelli, Vossa Excelência

tem razão quando solicita ao Governo do Estado a reposição salarial dos trabalhadores que atendem a área pública de nosso Estado. Vossa Excelência citou que o nosso Estado vai muito bem financeiramente, porque há excesso de arrecadação e além disso, Curitiba, por exemplo, é uma das Capitais onde com o maior crescimento, há taxa mais alta do custo de vida. Se os salários continuarem achatados da forma como estão, daqui a alguns dias os trabalhadores não estarão mais recebendo salário algum. Há poucos dias, lemos que um trabalhador que hoje recebe o seu salário-mínimo deveria estar ganhando na faixa de Cz\$ 14.000,00 a 15.000,00. Vossa Excelência vê bem, nobre Deputado que têm que sair deste Poder Legislativo os pedidos e as solicitações em favor do trabalhador do Paraná.

Enfim, essa política do Ministro Bresser, do Governo Federal, que continua achatando cada vez mais o salário tem que cessar uma hora e a exemplo do que o Governador Álvaro Dias vem fazendo no Paraná, poderia ver os seus os nossos funcionários, do Paraná a exemplo do Brasil. Ele que segue exemplos e que dá exemplos, poderia iniciar por uma política salarial melhor em nosso Estado. Está de parabéns Vossa Excelência pelo seu requerimento e pelo seu pedido.

O SR. PEDRO TONELLI - Agradeço o seu aparte e é por isso que, através deste requerimento, estamos pedindo a reposição das perdas salariais desde o Plano Cruzado 1 até 1º de agosto de 1987, e também solicitando o abono salarial do Governo Federal aos servidores que ganham até cinco salários-mínimos, bem como o abono salarial de 18,96% sobre o valor dos gatilhos, correspondente à correção monetária pelo atraso no pagamento dos mesmos a todos os servidores públicos estaduais.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Consultamos à Liderança do PDT se fará uso do seu tempo.

Com a palavra o Senhor Deputado Rafael Greca.

O SR. RAFAEL GRECA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Outro dia, no Horário desta Liderança, alertávamos para o perigo de se transformar o Governo do Estado apenas na pauta de mídia de um programa de sucessivos anúncios sensacionalistas sem ser, efetivamente, o espaço de apuração do que vai de errado no Paraná.

Nunca é demais lembrar que as pessoas hoje, acusadas, arrastadas por prisões administrativas, manchetes sensacionalistas dos jornais, foram os diletos companheiros da eleição magnífica do hoje Governador

de todos os paranaenses.

Nunca é demais lembrar, também, que pelo mesmo fato de não poder ser o Governo apenas uma pauta de mídia, porque está investido de funções de responsabilidade para com a Democracia e para com a Justiça, nós, enquanto consciência política do Paraná, nós que somos Deputados, precisamos apurar cada uma destas denúncias, constituindo, aqui, no recinto deste Parlamento, as competentes Comissões Parlamentares de Inquérito que, agilizadas por uma vontade da Bancada da Maioria em realmente apurar os fatos e assim servir o povo, possam chegar além do que dizem as manchetes, e desta pauta de anúncios sensacionalistas, que pensa o Palácio vai manter para sempre o Governador no alvo das preferências populares.

Gostaria, também, de lembrar aqui que escandaliza, de uma certa forma, a opinião pública do Paraná o "clip" que a Secretaria de Comunicação Social do Palácio Iguaçu tem feito veicular no horário nobre da televisão, antes do Jornal Nacional, onde o Governador Álvaro Dias aparece em cenas de campanha, filmadas pela competente empresa "Olhar Eletrônico"; entre colheiteiras e imagens das Cataratas do Iguaçu, andando nas escolas do Paraná, ou ainda em seus comícios de triunfo eleitoral.

Ficamos imaginando em que este anúncio de televisão serve ao Paraná, e aos paranaenses. Gostaria de perguntar à consciência do Paraná, qual será a contribuição do Governador Álvaro Dias, por exemplo, para as Cataratas do Iguaçu, deixando-se filmar entre elas. Terá alguma alusão a estarem os esgotos e sanitários do Palácio Iguaçu, diretamente ligados ao Rio Belém e este, por sua vez, diretamente ligado aos mananciais onde nasce o rio que nasce onde nascemos?

Não vejo outra contribuição do Governador às Cataratas do Iguaçu, para que as mesmas, em horário nobre da televisão, sejam focalizadas quase como uma obra do Governo.

Também não entendo que o Paraná dos semeadores, dos homens que puxam os arados por tração animal, que o Paraná das colheiteiras e dos espaços verdes, precisa ser constantemente veiculados em horário nobre de televisão, com tais cenas que mais parecem o anúncio de uma multinacional, produtora destas mesmas colheiteiras que acabam, tantas vezes, infelicitando a vida dos pequenos agricultores, quando eles caem na tentação de comprá-las.

Pois é. Com dinheiro público se paga anúncio de colheiteira. Com dinheiro público se propaga a beleza do Iguaçu. E com dinheiro público se faz até "marketing" para minhocas no Paraná de hoje em dia. Porque foi assim que o "Jornal do

Brasil" qualificou a idéia do Prefeito Roberto Requião de fazer pintar em cada manilha que se coloca em Curitiba, o nome da sua administração; deduzindo-se que serão enterradas para convenientemente canalizarem as águas pluviais; esta pintura do nome, esta assinatura nas manilhas, é para leitura das minhocas. E este Prefeito que coloca seu nome nas placas de trânsito, nas fichas de bilhetagem automática, que parece felizmente se vão de novo reitroduzindo em Curitiba, depois de um hiato de extrema burrice no Governo Maurício Fruet, quando esta bilhetagem automática começou a ser suprimida pela idéia de que era preciso empregar cobradores, idéia demagógica e atrasada, agora também coloca seu nome nas manilhas para que as minhocas sejam autênticas eleitoras do PMDB.

E mais do que isto, este mesmo Prefeito faz publicar na Revista "Veja" este anúncio: "Mais uma criancice do Prefeito Requião", reportando-se às creches da cidade. Ele diz no anúncio, cuja veiculação custou, com certeza, muito mais do que Cz\$ 230 mil em página de editorial da Revista Veja, que está cada vez mais difícil ser um marajá em Curitiba.

Eu imagino que Cz\$ 230 mil dá para se implantar, não uma creche por semana como ele tem concedido à população, mas pelo menos duas creches por semana se fosse ele menos pródigo na publicidade e mais atento às necessidades do povo.

Eu, Senhor Presidente, nobre Deputado Anibal Khury, Senhores Deputados, preferia mesmo que nas cidades houvesse mais marajás e menos trombadinhas em cada esquina.

No entanto, o que nós estamos vendo é que trombadinhas crescem a cada dia. Enquanto isso, a Senhora do Prefeito, Dona Maristela Requião de Mello e Silva, convida para um Encontro de Mulheres de Prefeitos das capitais, num convite róseo e dourado, anunciando para o Edifício das Secretarias onde as Senhoras dos Prefeitos das capitais, numa combinação de viagem turística com chá de caridade, serão convidadas a virem até Curitiba em ambiente perfumado para discutir a miséria das crianças de rua.

Eu convido os Deputados do Paraná a andarem pelas ruas de Curitiba para verem a verdadeira face dos meninos de rua. Há uma mendiga na porta da Farmácia Colombo, grande como Itaipu, aliás, é Itaipu seu nome porque ela é tão grande como a miséria do Brasil. E ela tem em torno de si, apascentando em volta de si uma sequência de pelo menos trinta, quarenta miseráveis menores que da Senhora Requião, com certeza, ainda não foram objeto de ação.

Nos holofotes da Igreja Catedral, nas soleiras da Igreja da Ordem, perto da Igreja a Senhora de Guadalupe, na velha

rodoviária e mesmo em cada um dos ambientes, que eram para ser aprazíveis, da Rua das Flores, as crianças se escondem como ratos enquanto o Governo apregoa as suas criancices em páginas milionárias da Revista Veja.

Não me parece, Senhor Presidente e Senhores Deputados, ser o marketing para minhocas a melhor saída para se encontrar tempos melhores, a não ser que o PMDB esteja precisando depois do caso do "cisne que virou pato" ou do "pato que nós pagamos", se dedicar ao reino das minhocas, enterrar a cabeça na terra para fazer como o avestruz, ou seja, não perceber que vai aí a condenação da sua própria pregação partidária e pelo seu inchaço ... (retirado o som).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Mesa informa a Vossa Excelência que seu tempo está esgotado.

O SR. RAFAEL GRECA - Eu lamento, Senhor Presidente, mas eu prosseguirei oportunamente.
Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) No horário das Lideranças, consultamos o PFL. Com a palavra o Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente e Senhores Deputados.

Faço dois registros. O primeiro, que nós estamos lendo na Gazeta do Povo, na primeira página, um anúncio de que o Governador paulista autorizou a Secretaria responsável a fazer publicar nos próximos dias o número e provavelmente, os nomes dos funcionários do Governo de São Paulo que têm um vencimento superior a Cz\$ 140 mil.

Parêce-me ser a primeira iniciativa do Governador paulista após tantas denúncias de que o Governo de São Paulo detém o maior número de marajás no Brasil.

Nós sabemos das providências enérgicas tomadas neste sentido pelo Governador das Alagoas indo até o Judiciário, porque o Governo das Alagoas e do resto de quase todo o Brasil, não tem mais condições de pagar sequer os seus funcionários públicos.

Esta decisão, a de São Paulo, uma providência necessária, não interessa até, com maior rigor, quantos ganham mais de Cz\$ 140 mil, isto adverte, principalmente os nossos deputados Constituintes, para a necessidade premente, intransferível, de limitar o Poder Público nas despesas com seu pessoal.

Não se pode mais assistir, todos os dias, denúncias de todos os Estados brasi-

leiros, fazendo com que o montante da sua receita seja todo destinado ao pagamento de funcionários. Não que o funcionário público esteja ganhando muito, o que precisa é limitar, principalmente o seu número, e as admissões de funcionários públicos. Nas eleições de 1985, para Prefeito das Capitais, todo o Brasil tomou conhecimento das milhares de nomeações que fizeram os Prefeitos das capitais, na ocasião. Algumas falaram em 15 mil, em São Paulo, Jânio Quadros falou que seu antecessor havia nomeado cerca de 20 mil funcionários, e alguns Estados do Nordeste, sem condições de pagar funcionários, na ocasião, faziam também na oportunidade eleitoral nomeações de 5, 10, 15, 20 mil funcionários, apenas com o objetivo eleitoral. E qual foi a responsabilidade de quantos assim procederam? Nenhuma! Quem assim o fez, ganhou as eleições! No Paraná não foi diferente!

Então é preciso que providências, como esta de São Paulo, sejam seguidas, lamentando-se que apenas foi autorizado o que foi de competência do Senhor Governador, apenas os vencimentos dos funcionários do Executivo, já que ele não tem competência para fazer publicar quanto ganham os Desembargadores daquele Estado, e os Conselheiros do Tribunal de Contas e os Funcionários da Assembléia Legislativa, mas, partindo-se daí, os exemplos que deu e que está dando o Governador de Alagoas, é possível que os Constituintes façam constar, limitar, na futura Constituição, quanto o Poder Público pode gastar, dispende com seus funcionários e mais que isso, a forma da sua admissão. É hora de moralizar o serviço público, tão desmoralizado!

Um segundo registro, Senhor Presidente, é um requerimento, é um apelo que eu juntamente com o Deputado Ezequias Losso, estamos fazendo ao Senhor Governador do Estado através de Expediente que encaminhamos à Mesa desta Casa, pedindo o apoio dos Senhores Parlamentares, para que o Senhor Governador do Estado assine ou autorize a assinatura dos convênios do PRAM nos Municípios de Marilândia do Sul e São Jorge do Patrocínio. Já anteriormente nos pronunciamos aqui em favor de alguns Municípios, inclusive com o Deputado Valderi Mendes Vilela, sobre Bandeirantes, mas parece-me que lá, aquele município já assinou o convênio com o Governo do Estado, restando apenas duas cidades, Marilândia do Sul e São Jorge do Patrocínio. Não entendemos até agora porque Sua Excelência o Senhor Governador assim não o fez, já que é um projeto com recursos do exterior, em dólares, e que objetiva a todos os municípios do Estado indistintamente, e particularmente àqueles que têm população inferior a 50 mil. Aí até uma cidade com popu-

lação bem superior a este número já foi beneficiada, que é Umuarama. Com muita justiça, se faz agora necessário que o Senhor Governador assine com os municípios aludidos o convênio do PRAM.

O Sr. Ezequias Losso - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento do orador).

Quero cumprimentar Vossa Excelência, nobre Deputado Basílio Zanusso, pela manifestação que o traz à tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná, nesta oportunidade, em relação aos Municípios de São Jorge do Patrocínio e Marilândia do Sul. Nesses municípios vivem e trabalham pessoas que muito têm contribuído para o desenvolvimento do Estado do Paraná e não é justo que sejam discriminados pelo Governo do Estado em relação aos recursos do PRAM. Aliás, não são grandes os recursos, considerando as enormes necessidades dos municípios e a contribuição que eles prestam na arrecadação dos recursos públicos estaduais.

Mas de qualquer maneira é uma contrapartida, é uma participação que o Estado deve fazer naqueles municípios. Naturalmente, um apelo que se faz ao Governador com muita naturalidade, mas que eu permitiria, nobre Deputado, sugerir fosse estendido aos Diretórios Municipais do PMDB, que segundo as informações, estão causando obstáculos para que a assinatura se dê, o que no meu modo de entender não se justifica, até porque essas pessoas deveriam ser as primeiras a lutar para que os recursos fossem destinados aos municípios e jamais trazer alguns empecilhos para que os mesmos venham a ser canalizados a fim de executarem-se obras públicas.

Quero me solidarizar com Vossa Excelência nessa posição, esperando que o Senhor Governador seja sensibilizado pelo apelo que ora é apresentado à Mesa da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência comunica a Vossa Excelência que o seu tempo está esgotado e concede-lhe um minuto para encerramento.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Obrigado. Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, e melhor que eu, Vossa Excelência sabe da importância que tem na economia paranaense, particularmente o município que Vossa Excelência representa muito bem e há longos anos, desde o seu surgimento, que é São Jorge do Patrocínio, que tem a maior população cafeeira do Paraná e que tem uma das maiores produtividades do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Con-

sultamos a Liderança do PL se fará uso do seu tempo.

O SR. EZEQUIAS LOSSO - Declino, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Havendo declinado ...

O SR. ANTÔNIO BELINATI - Senhor Presidente, eu pediria que Vossa Excelência registrasse a visita do ilustre Deputado Hédio Duque, uma das grandes vozes do Paraná na Assembléia Nacional Constituinte.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Com muito prazer registramos a presença do Deputado Federal constituinte, Hédio Duque. Sua presença muito honra esta Casa.

Consultamos o PTB. (Declina)

Havendo declinado, consultamos o PDS. (Declina).

Havendo declinado, consultamos a Liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Usará da palavra o Deputado Orlando Pessuti.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Com a palavra o Senhor Deputado Orlando Pessuti.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, nobres Senhores Deputados, estimado, companheiro peemedebista, constituinte, Deputado Federal Hédio Duque.

O dia de hoje poderá passar para a história como o "Dia D", da agricultura brasileira. Digo isto porque no dia de hoje o Conselho Monetário Nacional estará reunido para a deliberação dos novos preços mínimos que serão aplicados na agricultura, neste País.

Poderá se transformar este dia, como já disse, no dia "D", porque a partir do instante em que esses preços mínimos forem anunciados, nós teremos condições de fazer uma avaliação se de fato estamos ou não caminhando para uma verdadeira, e uma definitiva política de agricultura para este País.

Todos sabemos, e nós que viemos do meio rural, que de há muito para cá os agricultores, em especial os pequenos agricultores deste País, se mobilizam, e todos os meses se reúnem na busca de um preço-mínimo justo e verdadeiro, mas infelizmente também temos conhecimento ao longo da História da agricultura brasileira, principalmente após o advento dos preços mínimos que, em todas as ocasiões que eles foram definidos, na sua grande maioria ou até mesmo em todas elas, os preços estipulados não atenderam as necessidades e as reivindicações das classes produtoras e

dos segmentos organizados da própria agricultura nacional.

Ainda ontem, lendo os jornais do Estado do Paraná, em vários desses periódicos estava estampada uma manifestação do nosso Secretário da Agricultura, e Abastecimento Dr. Osmar Dias, onde anunciava a sua preocupação antecipada quanto aos possíveis preços mínimos que iriam ser definidos no dia de hoje, para o arroz, para a soja, para o milho.

No dia de hoje, lendo os jornais, vamos encontrar a presença do Presidente da OCEPAR, Wilson Thiesen, que também manifesta, em nome das Cooperativas Agrícolas do Paraná, a sua preocupação quanto aos preços-mínimos, quanto aos preços definidos para o trigo.

Então, caros colegas Parlamentares, nós que na Assembléia Legislativa e neste Estado como um todo temos caminhado no dia-a-dia os caminhos da nossa agricultura e da nossa pecuária, nós que aqui chegamos em 1983 e passamos a integrar a Comissão da Agricultura e hoje estamos coordenando o Bloco Parlamentar Agropecuário, estamos realmente muito preocupados. Eu me recordo que foi preciso e necessário se bloquear Bancos, e interditar rodovias para que os reclamos dos pequenos agricultores do Paraná, em especial do Vale do Ivaí, que representamos nesta Casa, pudessem ser atendidos. E vejam os Senhores, não foram eles atendidos em suas reivindicações pelo Governo Federal, que tinha por obrigação atendê-los, mas, foram eles atendidos por uma deferência especial do nosso Governador Álvaro Dias, do nosso ex-Governador José Richa e também por uma deferência especial do nosso Secretário da Agricultura e Abastecimento Osmar Dias, e também pela Direção do Banco do Estado do Paraná, pois o que era de responsabilidade do Governo Federal, não foi por ele cumprido. Infelizmente temos que lamentar esse episódio.

Eu espero, e nós esperamos que o dia de hoje realmente passe para a História como o "Dia D" da agricultura, que a minha situação não seja mais como tem sido até ontem, a agricultura penalizada, o agricultor tendo a sua propriedade lesada, muitas vezes assistindo a um discurso de Reforma Agrária, de assentamento, mas de outro lado vendo o seu irmão, o seu companheiro, perdendo a sua terra!

Então, Companheiros, o dia de hoje é realmente um dia muito importante para a Agricultura nacional! Nós precisamos realmente estar atentos, como atentos está o nosso Secretário da Agricultura, Osmar Dias, como atento está o Presidente da OCEPAR, como atentos estamos todos nós, acompanhando e reivindicando, dia-a-dia, um preço-mínimo justo para a agricultura, preços que realmente remunerem o agricul-

tor, mas, principalmente, a partir de hoje temos que ter um cuidado muito grande para que esses preços-mínimos não sejam estipulados em um nível não satisfatório, e o sejam, sim, num nível satisfatório. E, principalmente além disso, cada um e todos nós temos que ser realmente fiscais da agricultura brasileira, para evitar que além de um preço-mínimo não adequado, não voltemos a ter, no futuro, correções e aumentos incompatíveis com aqueles que a agricultura possa suportar para continuar com a sua produção, porque de nada adianta termos um bom preço-mínimo sendo esmagado pela UPC, não adianta termos por exemplo, um aumento de 10% ao mês, se ao lado deste aumento estivermos assistindo os insumos utilizados na agropecuária sendo corrigidos em 20, 30, 40% ao mês, por tudo isso temos que nos transformar em verdadeiros fiscais da agricultura, para que possamos realmente dar ao agricultor aquilo que ele merece.

O Sr. Antônio Costenaro - Vossa Excelência me concede aparte?

Concedo aparte ao Deputado Antônio Costenaro Neto.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Deputado

Orlando Pessuti, somo-me a Vossa Excelência, nesta grande preocupação do Estado do Paraná e da Nação brasileira, porque nós vivemos num País essencialmente agrícola. E diria a Vossa Excelência para ser bem breve, fazendo algumas comparações que o nosso sonho é que não aconteça este ano como ocorreu no ano passado, e muitas outras vezes, quando se anunciou demais a preocupação do Governo em defesa da agricultura e nos momentos em que se reúne para decidir o apoio de fato à agricultura, para sua sobrevivência, os agricultores, pela sua indiferença, por viver no isolamento no interior do País na sua grande maioria, e por não ter uma voz ativa, ficam mais uma vez marginalizados. Nós esperamos coerência e sensibilidade do Ministro da Agricultura, que tem ocupado horários nobres da televisão para vir falar à população, mas principalmente para população que vive nas grandes cidades, do milagre que o Ministério e o Governo Sarney estão fazendo à agricultura.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Esta Presidência comunica ao orador que se encontra na tribuna que seu tempo está esgotado, concede-lhe mais um minuto para concluir.

O Sr. Antônio Costenaro Neto - Posso continuar? Nós esperamos que desta feita então a agricultura seja atendida de fato, senão caminharemos para caos total, e só

para exemplificar dentro deste meio minuto que me resta, com dois casos; o custo da herbecida, o ano passado, quando se tratava de alqueire de cana, era de Cz\$ 1.200,00, este ano o custo é de Cz\$ 9.500,00. A adubação, em que se gastava Cz\$ 2.600,00 para adubar um alqueire de cana, este ano passou para Cz\$ 12.000,00, com um aumento de 260%. O álcool, que é o produto líquido da nossa agroindústria, subiu, como a gasolina e outros combustíveis, 500%, beneficiando mais uma vez aqueles que só recebem o produto pronto, e fazem a sua comercialização, como é o caso da PETROBRÁS, que fica fazendo aí seus anúncios, querendo diminuir a imagem do Proálcool, e se aproveita dessa oportunidade e ganha somas...

(Soam os tímpanos).

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Lamentamos, mas o seu tempo está esgotado. Terminado o Horário das Lideranças, iniciamos a

ORDEM DO DIA:

O SR. ALGACI TÚLIO - (Questão de Ordem) A Bancada do PDT quer registrar com muita satisfação a presença nesta Casa do comando de greve da CUT e da CGT, cujos membros estão aqui neste Plenário para dialogar com os Parlamentares a respeito da programação da greve do próximo dia 20, e o PDT já antecipa o apoio total a esta paralisação.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

ORDEM DO DIA,

Com a presença de cinquenta e dois Senhores Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Senhor Deputado Sabino Campos, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Projeto de Lei de autoria do Senhor Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

1.ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 19/87, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 26/87), objetivando conceder uma pensão de 03 (três) salários mínimos à escritora paranaense Maria Nicolas. Com PA-

RECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.F., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprobado. (Publ. no DA. n.º 16, de 17.03.87-Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N.º 19/87

PARECER:

Oriundo de Mensagem do Poder Executivo de n.º 26/87, o Projeto de Lei n.º 19/87, objetiva conceder pensão mensal de 3 (três) salários mínimos à escritora paranaense Professora Maria Nicolas.

Tal medida, decorrente de sugestão feita ao Poder Executivo pelo Deputado Djalma de Almeida César, vem estabelecer justa contraprestação à produção literária desta octogenária cidadã paranaense, membro da Academia Paranaense de Letras, e que ainda presta sua colaboração neste importante campo do saber.

A iniciativa deste tipo de leis é, incontestavelmente, do Governador do Estado, sendo determinada pela alínea "b", do § 1º, do Art. 25, e inciso I, do Art. 47, ambos da Constituição Estadual.

Diante do exposto, somos levados a opinar favoravelmente à tramitação do Projeto de Lei em tela, com seu conseqüente envio ao Plenário desta Casa de Leis.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI N.º 019/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame origina-se na Mensagem Governamental n.º 26/87, e objetiva conceder uma pensão mensal de 3 (três) salários mínimos à escritora paranaense Maria Nicolas.

Motivo de apreciação por parte da douta Comissão de Constituição e Justiça, mereceu da mesma o necessário parecer favorável.

No que deve esta Comissão de Finanças opinar, temos que a matéria é pertinente e se encontra entre as prerrogativas do Chefe do Poder Executivo.

Além disso, vale destacar os aspectos social e de reconhecimento público que revelam o mérito do Projeto de Lei.

Neste sentido, maifestamos o nosso Parecer favorável, opinando pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 18.06.87.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

HOMERO OGUIDO

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 42/87, de autoria do Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, que estabelece o cadastramento de empresas de produção cultural circense, de teatros ambulantes e demais companhias congêneres. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.C.E., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n°34, de 15.04.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 42/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado Rafael Greca de Macedo, visa criar, junto ao Governo do Estado, o cadastramento de empresas de produção cultural circense, teatros ambulantes e demais companhias congêneres.

A propor tal medida, preocupou-se o autor em suprir algumas lacunas existentes na referida categoria, tais sejam: registrar a memória do circo e da arte cênica popular; dar acesso aos artistas do povo, junto às autoridades dos vários municípios, através de um "passaporte cultural" e, finalmente, promover sua legitimidade junto às comunidades do Paraná.

O Projeto nos parece louvável quanto ao seu mérito, não apresentando nenhum óbice de ordem legal, ou constitucional.

Somos, portanto, de parecer Favorável, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 06.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

COMISSÃO DE CULTURA E ESPORTES
PROJETO DE LEI N° 42/87

PARECER:

O Projeto de Lei em exame, de autoria do nobre Deputado RAFAEL GRECA DE MACEDO, tem por escopo estabelecer o Cadastramento de Empresas de Produção Cultural Circense, de Teatros Ambulantes e demais Companhias Congêneres.

A proposta encontra-se devidamente embasada dentro das diretrizes universais de estímulo à cultura popular promovida pelo Estado, sendo portanto plenamente aceitável, e até passível de recomendável endosso por esta Comissão de Cultura e Esportes.

Parece-nos meritória quanto à essência e a mais oportuna quanto ao momento, pois visa dar cidadania e preservar a memória do Circo, protegendo e apoiando sua sobrevivência. É o circo uma das mais puras formas de expressão artística, merecendo de toda esta Assembléia a atenção que lhe

sugere o autor.

Assim como a douda Comissão de Constituição e Justiça ao proceder a sua análise deste Projeto não apresentam nenhum óbice de ordem legal, ou constitucional no âmbito desta Comissão, não encontramos impedimentos quanto à sua aprovação.

Somos, portanto, de PARECER FAVORÁVEL, opinando pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 02.06.87.

(aa) RAUL LOPES

Presidente

DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 66/87, de autoria do Deputado SABINO CAMPOS, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO JARDIM BOM PASTOR, de Almirante Tamandaré, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n°48, de 11.05.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 66/87

PARECER:

De autoria do nobre Deputado Sabino Campos, o presente Plano de Lei objetiva declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO JARDIM BOM PASTOR, de Almirante Tamandaré, com sede e foro no Município de Almirante Tamandaré.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 26.05.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

VALDERI MENDES VILELA

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 85/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS VIAJANTES DO SUDOESTE NOVO, com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.; por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. n° 60, de 03.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI N° 085/87

PARECER:

Autor: Deputado João Arruda

SÚMULA: Declara de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO DOS VIAJANTES DO SU-

DOESTE NOVO", com sede e foro na Cidade de Francisco Beltrão.

A documentação que acompanha o referido Projeto de Lei, corresponde perfeitamente às exigências contidas na Lei nº 994, de 10 de janeiro de 1978, que regula a matéria em pauta.

Portanto, analisando-se a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que, nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, à APROVAÇÃO do presente Projeto de Lei.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 87/87, de autoria do Deputado DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR, que declara de Utilidade Pública a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA ALEXANDER FLEMING, com sede e foro em Ponta Grossa. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. nº 60, de 03.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 087/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado Djalma de Almeida César, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública, a AUGUSTA E RESPEITÁVEL LOJA SIMBÓLICA ALEXANDER FLEMING, com sede e foro em Ponta Grossa.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 23.06.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

GERNOTE KIRINUS

Relator.

1.^a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 90/87, de autoria do Deputado JOÃO ARRUDA, que declara de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS DO BANESTADO, com sede e foro nesta Capital. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA. Nº 61, de 04.06.87).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 090/87

PARECER:

De autoria do ilustre Deputado João Arruda, objetiva o presente Plano de Lei, declarar de Utilidade Pública a ASSOCIAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS APOSENTADOS DO BANESTADO, com sede e foro nesta Capital.

Encontra-se o processado instruído com as peças exigidas pela legislação própria, inexistindo óbices de natureza regimental à sua tramitação normal pelos demais órgãos da Casa.

Nestas condições, nosso Parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04.08.87.

(aa) DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR

Presidente

DAVID CHERIEGATE

Relator.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - Sobre a mesa, requerimento de autoria do Senhor Deputado Anibal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Senhor Oscar Sanches Monteiro, ocorrido no dia 04 de agosto do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, requerendo seja mudada para 10 de novembro do corrente ano, a entrega do Título de Cidadania Honorária do Paraná, ao Senhor Arcebispo Dom Geraldo Majela Agnello. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Ministro da Fazenda e ao Senhor Presidente do Banco Central do Brasil, solicitando reestudo nos encargos às dívidas de agricultores contraídas por empréstimos do PRONAGRI. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado João Arruda, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, encarecendo a criação da 2.^a Vara Criminal na Comarca de Francisco Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando a transformação da 2.^a CIA PM do Município de Cornélio Procopio em Companhia Independente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando a criação da Companhia PM para policiamento em Estabelecimentos de Ensino. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Raul Lopes, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, solicitando a criação do 2º Batalhão de Polícia Rodoviária- BPRV, no Município de Maringá ou Londrina. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do Dia Nacional do "Economista". Em votação.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Para encaminhar, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior)- Para encaminhar adia-se na forma regimental.

Para encaminhar a votação, Vossa Excelência tem a palavra.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Fazemos uso da palavra neste momento para o encaminhamento do nosso requerimento de voto de congratulações ao "Dia Nacional do Economista", para até, em concluindo aquilo que vínhamos dizendo da tribuna, no Horário da Liderança, dizer realmente, do apreço que temos por esse segmento da sociedade brasileira, à classe dos bacharéis em Economia.

Mas, é nosso desejo que quanto à agricultura cessem um pouco as medidas econômicas, e que realmente venham a prevalecer as medidas de interesse da agropecuária nacional.

Que o nosso Ministério da Agricultura seja realmente um Ministério forte; e que não viva apenas em função das medidas econômicas, que são baixadas pelos Ministérios da área Econômica. Realmente, o dia de hoje poderá ser o "Dia D", da agropecuária nacional.

Não sei se lamentavelmente, ou felizmente.

Hoje é 13 de agosto. Felizmente não é uma sexta-feira, e por esse motivo, talvez não será o dia do azar da agricultura nacional.

Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ferrari Júnior) - A matéria está em votação. APROVADO.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, reiterando pedido para a construção do Hospital Regional de Maringá, no Campus da Universidade Estadual, no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Segurança Pública, encarecendo recursos para a reforma da Delegacia de Polícia do município de Floresta. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Agricultura, encarecendo o envio de um técnico agrícola, para prestar serviços no município de Uniflor. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, encarecendo apoio para a criação da Comarca de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação do trecho entre os municípios de Cidade Gaúcha e Guaporema.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a ligação asfáltica entre os municípios de Rondon e Tapejara, via Distrito de Bernardelli, com acesso à PR- 323. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, encarecendo um auxílio financeiro para o Clube das Mães "Nossa Senhora das Graças", do Jardim Aeroporto, no município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário do Trabalho e Ação Social, viabilizando auxílio financeiro para a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, do município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor De-

putado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Diretor Presidente do BANESTADO S.A., por intermédio da Secretaria das Finanças, encarecendo a instalação de duas novas agências do referido Banco, no município de Sarandi. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado José Alves, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário de Saúde e do Bem-Estar Social, encarecendo a construção do Hospital Regional no município de Maringá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Basílio Zanusso e Ezequias Losso, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Governador do Estado, para que o mesmo determine à Secretaria do Planejamento a assinatura de convênios do PRAM com as Prefeituras Municipais de São Jorge do Patrocínio e Marilândia do Sul. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edmar Luiz Costa, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações aos Senhor Ercílio Slaviero como Diretor-Presidente de um dos maiores conglomerados empresariais do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e a todos os Secretários de Estado, encarecendo o pagamento do abono salarial e da perda salarial aos servidores públicos paranaenses. Em votação.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 150 do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão no projeto Mutirão Habitacional, do município de Atalaia.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão no projeto Mutirão Habitacional, do muni-

cípio de Munhoz de Mello.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão no projeto Mutirão Habitacional, do município de Engenheiro Beltrão.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Presidente da Câmara Municipal de Marialva, registrando agradecimentos pela manifestação recebida através do ofício nº 144/87.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão no projeto Mutirão Habitacional, do município de Florai.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Presidente da COHAPAR, por intermédio da Secretaria de Política Habitacional, encarecendo a inclusão no projeto Mutirão Habitacional, do município de Flórida.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Pedro Tonelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado, Secretário dos Transportes, ao Diretor do DER e ao Prefeito Municipal de Londrina, pleiteando a construção de um viaduto no trevo da Rodovia Londrina - Warta. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho entre os municípios de Paiçandu a Ourizona.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a pavimentação do trecho de acesso à Distilaria de Aguardente Paissandu Ltda., do município de Paiçandu.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o

envio de expediente aos Srs. Governador do Estado, Secretário das Finanças e Presidente do BANESTADO S/A, encarecendo a verificação de possibilidades de repasse de um percentual do ICM, recolhido através do BANESTADO, às empresas paranaenses, após levantamento e cadastramento das mesmas, para capital de giro, com juros subsidiados.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n.ºs 248/86, 13, 33, 115 e 119/87.

2.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 53/87 e dos Projetos de Lei n.ºs 17, 19, 42, 66, 85, 87 e 90/87.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.º 178/86.

Levanta-se a sessão.

1.^a SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.^a LEGISLATURA
ATA DA 18.^a SESSÃO EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 13 DE AGOSTO DE 1.987
QUINTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Ferrari Júnior, secretariada pelos Srs. Deputados Lindolfo Júnior e José Alves.

Às onze horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Anibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Alexandre Ceranto, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Belinati, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Domingos Scarpellini, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcântara, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antônio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Furiatti, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielse Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (52). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Nestor Baptista e Paulino José Delazeri (02).

Verificada a existência de número le-

gal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.^o SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. PRESIDENTE - (Ferrari Júnior) Não havendo expediente a ser lido, Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 52 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 31/87 (Mensagem n. 43/87, ex-Proposição n. 51/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre a União, através do Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, o Estado do Paraná e o Município de Curitiba, no qual figuram como intervenientes a EBTU, Secretaria do Planejamento, a COMEC e o IPPUC, objetivando a execução e implementação de projetos, obras, serviços e demais atividades, conforme especifica. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 32/87 (Mensagem n. 10/87, ex-Proposição n. 20/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova Convênio celebrado em 22.09.86, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Agricultura e a Fundação Faculdade de Agronomia Luiz Meneghel, de Bandeirantes, objetivando a realização da IX Semana de Integração Econômica no Município. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 33/87 (Mensagem n. 23/87, ex-Proposição n. 33/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria do Trabalho e Assuntos Comunitários e os Municípios que especifica, objetivando a implantação do Programa de Geração de Emprego e Renda. - Aprovado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 34/87 (Mensagem n. 44/87, ex-Proposição n. 52/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova Convênio celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Interior e o Município de Umuarama, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana.- Apro-

vado.

1.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 35/87 (Mensagem n. 46/87, ex-Proposição n. 54/87), oriundo do PARECER FAVORÁVEL da C.C.J., que aprova Convênio aditivo n. 01/86, ao convênio n. 99/85 e o termo aditivo n. 02/86, ao convênio n. 72/85, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Trabalho e Assuntos Comunitários, e a Secretaria de Emprego e Salário do Ministério do Trabalho, objetivando o desenvolvimento de "Projetos

de Criação de Emprego e Renda", bem como o aproveitamento de mão-de-obra e materiais locais. - Aprovado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando uma sessão ordinária para segunda-feira, dia 17, à hora regimental, com a Ordem do Dia já anunciada, e mais

2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Resolução n. 31, 32, 33, 34 e 35/87.

Levanta-se a sessão.